

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho “NÍVEL DE COMPARABILIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS COMPANHIAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BM&FBOVESPA”, de autoria de ANA KAROLINE VENTURA e SULIANI ROVER, foi apresentado no II Congresso de Gestão e Controladoria (COGECONT) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), no período de 04 a 06 de setembro de 2017, no Mogano Premium Hotel.

Chapecó (SC), 27 de setembro de 2017.



Prof. Dr. Rodrigo Barichello
Coordenação do II COGECONT - UNOCHAPECÓ

NÍVEL DE COMPARABILIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS COMPANHIAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Ana Karoline Ventura

Graduanda em Ciências Contábeis - Centro Socioeconômico (CSE)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
anakventura@gmail.com

Suliani Rover

Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
sulianirover@gmail.com

RESUMO

Uma das vantagens da adoção das normas internacionais de contabilidade é a possibilidade de fazer comparações entre diversas empresas. Com isso, o objetivo do estudo consiste em verificar o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas do setor elétrico que estão listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Para tanto, foram analisados critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis divulgados no balanço patrimonial e nas notas explicativas. Para fins de análises, as empresas foram divididas conforme suas atividades principais: geração; transmissão; distribuição e geração; e transmissão e distribuição. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 43 empresas no período de 2013 a 2016. Quanto os itens analisados nos documentos, investigou-se um item de reconhecimento, três de mensuração e cinco itens principais de evidenciação. Para as análises foram utilizados estatísticas descritivas e, com o intuito de verificar a comparabilidade, o índice de *Herfindahl* (H). Constatou-se discrepância de valores entre os ativos intangíveis e observou-se que todas as empresas do estudo que registram intangíveis possuem concessão. Os resultados do índice H referentes à comparabilidade dos métodos de avaliação de ativos intangíveis nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 foram de 0,518, 0,483, 0,492 e 0,492, respectivamente. Quanto às realizações dos testes de recuperabilidade foram obtidos para o mesmo período os seguintes índices H: 0,646, 0,523, 0,516 e 0,508. Assim, conclui-se que as empresas analisadas apresentaram índices que indicam comparabilidade mediana no período investigado, indicando que não há uma padronização nas escolhas contábeis aplicadas pelas empresas.

Palavras chave: Comparabilidade; Ativo intangível; Setor elétrico.

Área temática do evento: Contabilidade para usuários externos

1INTRODUÇÃO

Adesão das normas internacionais de contabilidade tem algumas vantagens, entre elas pode-se destacar a maior transparência das informações de diversas empresas e setores, harmonização das informações contábeis, assim possibilitando comparações entre diferentes empresas, inclusive de países diferentes (TAVARES; GONÇALVES; NIYAMA, 2010). Para Franco, Kothari e Verdi (2010) a possibilidade de comparabilidade é importante para pesquisadores, acadêmicos, investidores, empresários, pois com a possibilidade de comparabilidade as informações são mais refinadas e com maior qualidade.

Para Carmo, Carvalho e Ribeiro (2011), existem diversas razões para que haja diferentes sistemas contábeis entre os países, como ambiente social, econômico, legal e políticos. O sistema contábil que é adotado em um país é reflexo desses fatores. Cada país foi moldando os seus sistemas de acordo com as necessidades específicas da sociedade.

Segundo os autores supracitados, mais de cento e vinte países já estão no processo de convergência das normas internacionais. No Brasil, esse processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB) iniciou em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (REINA; REINA; SILVA, 2014). Já em 2010 ocorreu a aderência plena das normas internacionais de contabilidade, isto foi possível após as normas internacionais serem criadas, lançadas para que então fosse iniciado um processo de convergência (COELHO; CAMPAGNONI; ROVER, 2016).

Para regularização da divulgação dos ativos intangíveis, seu reconhecimento, e mensuração, tem-se internacionalmente a norma *International Accounting Standards* (IAS 38), que teve sua última atualização em maio de 2014. No Brasil, em 2010, foi publicado o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 04, que define como deve ser o tratamento dos ativos intangíveis, estabelece os critérios de reconhecimento, explica como mensurar e quais são as divulgações específicas dos ativos intangíveis

De acordo com o CPC 04 (2010, p.6), “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”, o que para Martins *et al.* (2013) são ativos que não podem ser visualmente identificados.

Segundo Hoegh Krohn e Knivsfälå (2000) o grande problema entorno dos ativos intangíveis é que eles podem ser de difícil identificação de seus benefícios econômicos futuros, o que pode gerar dificuldade entre as empresas evidenciarem esse tipo de ativo em seu balanço patrimonial.

Devido à característica do setor elétrico de possuir intangíveis, principalmente na atividade de distribuição, além de representar uma parcela relevante das empresas de capital aberto do mercado brasileiro, este estudo tem como enfoque as companhias pertencentes a este setor. Diante disso, questiona-se como o setor de energia elétrica trata seus ativos intangíveis, levantando a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa?**

O principal objetivo desta pesquisa é verificar o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas do setor elétrico que estão listadas na BM&FBovespa.

Foi escolhido este setor da economia brasileira por ser um setor com uma grande expressividade na bolsa de valores e na economia brasileira, sendo o segundo maior na BM&FBovespa, com 70 empresas em 2017. A comparabilidade é o enfoque da pesquisa por sua importância para a contabilidade. O foco são os ativos intangíveis por estarem cada vez mais presentes no cotidiano das empresas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Ativos intangíveis

Os ativos são recursos controlados por uma entidade que geram benefícios presentes ou futuros. Esses ativos devem ter algumas características para serem reconhecidos: corresponderem as definições de ativo: serem relevantes; serem mensuráveis; terem valor preciso (ARAUJO, 2008). Para Almeida, 2010 os ativos intangíveis são diferentes dos ativos imobilizados por não possuírem substância física.

O grupo de ativo intangível foi incluído no balanço patrimonial após a alteração na lei nº 6.404/76, feitas pelas Leis n. 11.638/07 e 11.941/09. Esse grupo já era uma exigência para as companhias abertas, devido a uma deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O ativo intangível foi enquadrado no grupo de ativos não circulantes. O art. 179 da Lei nº 6.404/76, em seu inciso VI, determina que são classificados no intangível “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido” (MARTINS *et al.*, 2013).

O CPC 04 que trata sobre ativos intangíveis, descreve eles como:

As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

Além disso, para serem considerados intangíveis, devem obedecer às regras de reconhecimento de ativos: serem identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Caso não atendam essas condições, os montantes devem ser registrados como despesa na Demonstração de Resultado, e caso sejam resultantes de uma combinação de negócios, devem ser tratados como ativos intangíveis gerados internamente pela adquirida ou como *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) (CPC 04, 2010).

O CPC 04 também traz que para um ativo ser considerado identificável deve ser separável, quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, ou quando resultar de direitos contratuais independentes deles serem transferíveis ou separáveis. O controle de um ativo tem a ver com a capacidade de direitos legais serem exercidos em um tribunal, e o poder de obter os benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso, e também se obtém conhecimento técnico e de mercado, como por exemplo, os direitos autorais, patentes.

2.2 Comparabilidade

Para Franco, Kothari e Verdi (2010) duas empresas têm sistemas contábeis comparáveis, se produzirem demonstrações contábeis e financeiras semelhantes. Para que as informações acerca de determinado evento contábil possam ser comparadas, elas precisam ter bases semelhantes, os usuários das demonstrações necessitam e exigem cada vez mais qualidade de informações (COELHO; CAMPAGNONI; ROVER, 2016). Para Araújo, Souza e Lemes (2015), as demonstrações contábeis para serem comparáveis precisam independente do país, da empresa ou do ano que sejam elaboradas e tenham as mesmas bases normativas, sendo possível a comparabilidade entre elas.

O CPC 00 (RI), que é o pronunciamento contábil básico, diz que os usuários devem conseguir comparar as demonstrações contábeis, tanto da mesma entidade ao longo do tempo, como de diferentes entidades, com o objetivo de encontrar tendências nas suas posições patrimoniais e financeiras, e acompanhar os desempenho e mudanças financeiras.

O CPC 00 também traz que existem características qualitativas fundamentais: relevância e a representação fidedigna, e características qualitativas de melhorias: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Essas últimas tornam a informação contábil relevante. Com relação à comparabilidade o CPC 00 define:

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

Para o cálculo da comparabilidade existem alguns índices que podem ser utilizados. Van Der Tas (1988), desenvolveu o índice de *Herfindahl* conhecido como H, o qual busca verificar a probabilidade de selecionar de forma aleatória as empresas de um mesmo país que utilizam o mesmo método contábil (TAPLIN, 2004).

2.3 Pesquisas similares

Pesquisas sobre ativos intangíveis e sobre comparabilidade ajudaram a construir a fundamentação teórica desta pesquisa. O Quadro 1 traz pesquisas similares ao do presente estudo.

Quadro 1 - Pesquisas similares

Autor e Ano	Objetivo	Resultados
Coelho, Campagnoni e Rover (2016)	Verificaram o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas brasileiras do ramo varejista. Foi utilizado um checklist e o índice de T de harmonia, proposto por Tablin.	As empresas buscaram apresentar as demonstrações contábeis com maior padronização. Quanto à prática de mensuração, verificaram que cerca de 50% das empresas da amostra mensuraram seus estoques pelo valor realizável líquido, reconhecendo perdas estimadas no período de 2010 e 2015.
Souza, Botinha e Lemes (2016)	O estudo visou demonstrar aos usuários das DC's se elas são equiparáveis quanto a mensuração dos ativos intangíveis, entre as entidades de um mesmo país e de países diferentes. Foi utilizado um quadro de mensuração adaptado de Souza <i>et al.</i> (2013), e após utilizado o índice de T (<i>T index</i>).	Foi identificado uma comparabilidade média entre os países estudados, e dentro de cada país o Brasil teve uma comparabilidade superior ao de Portugal.
Reina, Reina e Silva (2014)	A pesquisa teve como objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas com compõe o Índice Brasil 50 após a adoção das normas internacionais. Foi calculado a comparabilidade pelo índice <i>T index</i> .	O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 Estoque foi de 0,34; CPC 27 Imobilizado 0,9; CPC 04 Intangíveis 0,92; e CPC 38 Instrumentos Financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27; e derivativos 0,58.
Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012)	O objetivo do estudo foi apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre os ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, no ano de 2010, observando os critérios do CPC 04. Foram analisados 17 quesitos e atribuídos notas para formar um <i>ranking</i> .	Observou-se que nenhuma das empresas estudadas cumprem integralmente o que estabelece a legislação em relação à divulgação de informações contábeis. A informação menos divulgada foi a de avaliação de vida útil dos ativos. Constatou-se que não houve relação entre o tamanho das empresas analisadas e o nível de evidenciação das informações.
Moura, Fank e Varela (2012)	O estudo buscou verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica, participantes da BM&Fbovespa.	Concluíram que a evidenciação dos ativos intangíveis foi melhorando.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observou-se nas pesquisas que as empresas estão padronizando suas demonstrações, com evolução ao decorrer dos anos, possibilitando uma melhor comparabilidade das

informações tanto no Brasil, como em outros países. Com base nessas pesquisas, pode-se notar que a adoção das normas internacionais pode ter influenciado para que o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis melhorasse ao longo do tempo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Para o estudo foram utilizadas as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, e Notas explicativas) obtidas por meio do site da BM&FBovespa. Foi analisado o período de 2013 a 2016 das companhias do setor elétrico de capital aberto. A amostra de pesquisa compreende 43 empresas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa

Passos para seleção da amostra	Quantidade
Empresas do setor elétrico da BM&FBOVESPA	60
(-) Eliminação (<i>holdings</i>)	-17
= Amostra da pesquisa	43

Fonte: Elaborada pelos autores.

Foram eliminadas 16 empresas por serem *holdings*, ou seja, sua principal atividade é participações em outras sociedades. As empresas eliminadas são: AesElpa S.A, Alupar investimentos S.A, Andrade e Gutierrez Concessões S.A, Bonaire participações S.A, Cemig, centrais elétricas do brasil S.A(Eletróbrás), Centrais elétricas de Santa Catarina S.A, Cia Celg de participações- Celgpar, Cia Energética de Brasília, CPFL Energia S.A, Eletróbrás participações S.A (Eletropar), Energisa S.A, Equatorial Energia S.A, Light S.A, Neoenergia S.A, Rede Energia S.A, Uptick Participações S.A.

Nas empresas de energia elétrica, suas atividades principais podem ser divididas entre: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 - Lista de empresas analisadas de acordo com a atividade principal

Atividade Principal	Sigla	Razão Social
Geração	AES TIETE	Aes Tiete Energia S.A
	AFLUENTE	Afluente Geração De Energia Elétrica S.A
	CESP	Cia Energética De São Paulo
	CPFL RENOVA	Cpfl Energias Renováveis S.A
	CPFL GERAÇÃO	Cpfl Geração De Energia S.A
	EMAE	Empresa Metrop.Aguas Energia S.A
	ENEVA	Eneva S.A
	ENGIE	Engie Brasil Energia S.A
	INVESTCO	Investco S.A
	ITAPEBI	Itapebi Geração De Energia S.A
	PROMAN	Produtores Energet.De Manso S.A.
	RENOVA	Renova Energia S.A
	PARANAPEMA	Rio Paranapanema Energia S.A
	CELPE	Cia Energética de Pernambuco
TERMOPE	Termopernambuco S.A	
Transmissão	AFLUENTE T	Afluente Geração De Energia Elétrica S.A
	CACHOEIRA	Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A
	TRANS PAULIST	Cteep Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista
	TAESA	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A
Distribuição	CELPA	Centrais Elet Do Para S.A. Elet Do Para S.A.
	AMPLA	Ampla Energia E Serviços S.A
	CEMIG DIST	Cemig Distribuição S.A

	COELBA	Cia Eletricidade Est. Da Bahia
	COELCE	Cia Energética do Ceara
	CEMAR	Cia Energética do Maranhão
	COSERN	Cia Energética Do Rio Gde Norte
	CEED D	Cia Estadual de distribenerelet
	PAUL LUZ	Cia Paulista de força e luz
	CPFL PIRATIN	Cia Piratinga de força e lux
	ESCELSA	Edp Espírito Santo Distribuição De Energia S.A
	EBE	Edp São Paulo Distribuição De Energia S.A
	ELEKTRO	Elektro Redes S.A
	ELETROPAULO	Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A
	ENERGISA MT	Energisa Mato Grosso - Dist De Energia S.A.
	ENERSUL	Energisa Mato Grosso Do Sul - Dist De Energia S.A.
	LIGHT	Light Serviços De Eletricidade S.A
	AES SUL	Rge Sul Distribuidora De Energia S.A
	ENERGIAS BR	Edp - Energias Do Brasil S.A
	RIO GRANDE ENERGIA	Rio Grande Energia S.A
Geração, Transmissão e Distribuição	CEEE GT	Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet
	STATKRAFT	Statkraft Energias Renovaveis S.A
	CEMIG GT	Cemig Geração E Transmissão S.A
	COPEL	Cia Paranaense de Energia

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na BM&FBOVESPA (2017).

Observa-se no Quadro 2 que na amostra selecionada há 15 empresas que tem como atividade principal geração de energia, quatro de transmissão, 20 de distribuição, três geração e transmissão e uma que desenvolve as três atividades. Estas duas últimas foram agregadas para fins de análises, visto que a COPEL era a única empresa que tem como atividade principal as três operações.

O presente estudo analisou as informações referentes ao reconhecimento, mensuração e evidenciação, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Procedimentos para a verificação da comparabilidade

Fases	Procedimentos	Itens	
Reconhecimento	Existência de ativo intangível	Identificar se possui ativo intangível	
Mensuração	Método de avaliação	Método do Custo	
		Método do Valor justo	
	Teste de Recuperabilidade	Identificar se faz o teste	
	Reavaliação dos ativos	Se sim, houve perda?	
Evidenciação	Ativos separados por classe	No caso de ativos no exterior	
		Softwares	
		Licenças e concessões	
		Marcas	
		Patentes	
		Pesquisa e desenvolvimento	
		Propriedade intelectual	
	Classificação da vida útil	Ágio	
		Vida útil definida	
		Vida útil indefinida	
	Amortização	Motivos para o intangível ser identificado como	Amortização: Métodos e taxas de amortização
			Amortização: Vida útil estimada
Amortização: Valor residual			

		Amortização reconhecida no período
		Amortização acumuladas/ perdas
	Valor do intangível no início do período	O valor no início do período
	Valor do intangível ao final do período	O valor no final do período

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram analisados os itens que constam no Quadro 3, através de notas explicativas. A análise foi realizada e separada em: reconhecimento, mensuração e evidenciação. No reconhecimento foi analisado a existência de ativo intangível e verificado o seu valor. Na mensuração, investigou-se qual é o método que as empresas registram seus ativos intangíveis (valor de custo ou valor justo), se realizam o teste de recuperabilidade, se informam se houve perda ou não, e se realizam reavaliação de ativos. No quesito evidenciação, foi verificado se havia separação dos ativos por classe, a classificação da vida útil, dados referentes a amortização (métodos e taxas, vida útil estimada, valor residual, valor reconhecido no período, valor acumulado) e também o valor no início e no final do período.

Para análises e para alcançar os resultados do estudo, foram usadas algumas estatísticas descritivas, tais como média, máximo, mínimo, desvio padrão. E o índice H (índice de *Herfindahl*) para cálculo da comparabilidade, que tem como fórmula:

$$H = \sum_{k=1}^M (P_i)^2$$

Onde: P_i : proporção de empresas do país que utiliza o método contábil k ;
 M : quantidade de métodos contábeis analisados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Reconhecimento

Na Tabela 2, são demonstradas por ano quantas empresas possuem ativos intangíveis registradas em seus balanços patrimoniais.

Tabela 2 - Distribuição das empresas por atividade

Atividade	2013	2014	2015	2016
Geração	12	12	13	13
Transmissão	2	3	2	2
Distribuição	20	19	19	19
Geração, transmissão e distribuição	4	3	4	4
TOTAL	38	37	38	38

Fonte: Elaborado pelos autores.

As empresas Proman, Renova, Afluent T e Cachoeira não apresentam em nenhum dos anos estudados ativo intangível. A empresa CESP não apresenta nos anos de 2013 e 2014 e a empresa Rio grande Energia não apresentou nos anos de 2014, 2015 e 2016. A atividade com maior expressividade no setor elétrico listado na BM&FBovespa é da atividade de distribuição, que representa nos anos cerca de 50% do setor.

4.2 Mensuração

A Tabela 3 demonstra as análises estatísticas descritivas, por ano e por atividade.

Tabela 3 - Representatividade das empresas - Em milhares de reais

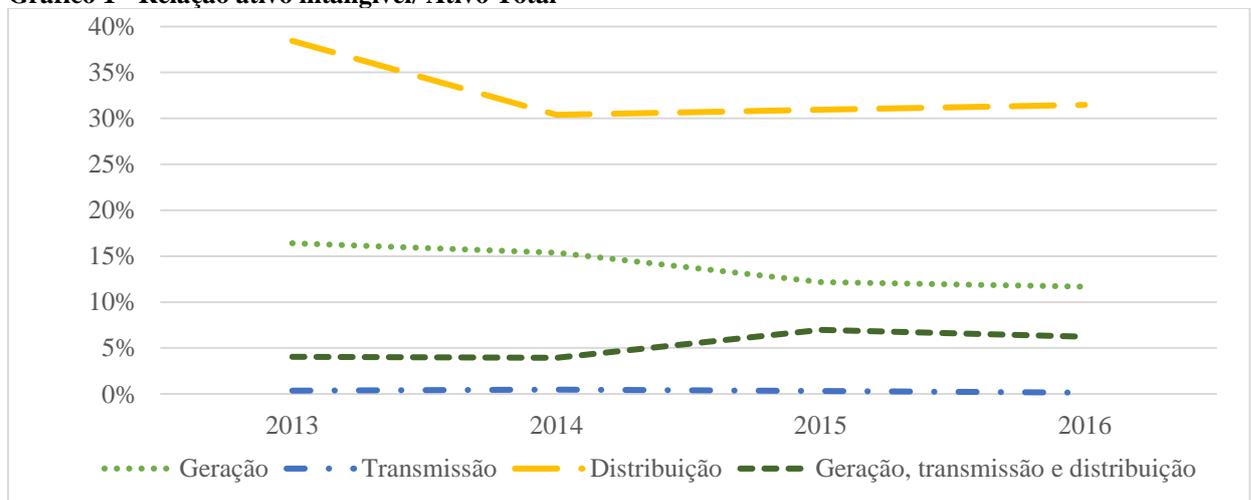
Atividade	Ano	Nº Empresas	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Geração	2016	12	805.843	23	3.171.799	1.255.574
	2015	12	779.087	23	3.394.429	1.284.208
	2014	13	1.387.590	23	6.663.157	2.200.773
	2013	13	1.317.949	72	7.478.425	2.269.701
Transmissão	2016	2	33.505	25.166	41.843	11.792
	2015	2	35.069	20.629	49.509	20.421
	2014	2	34.661	13.300	56.022	30.209
	2013	2	27.019	7.969	46.069	26.941
Distribuição	2016	19	2.472.918	785.681	8.977.637	1.988.679
	2015	19	2.388.810	715.504	8.413.168	1.897.094
	2014	19	1.911.390	101.543	5.045.454	5.045.454
	2013	20	1.963.574	109.128	5.722.928	1.313.230
Geração, transmissão e distribuição	2016	4	1.637.578	3.555	6.459.812	3.214.884
	2015	4	1.570.290	4.706	6.145.076	3.050.089
	2014	4	586.218	4.110	2.174.156	1.059.624
	2013	4	552.550	4.515	2.035.361	989.614
TOTAL	2016	38	1.686.282	23	8.977.637	2.002.826
	2015	38	1.628.074	23	8.413.168	1.930.801
	2014	37	1.617.884	23	6.145.076	1.774.618
	2013	38	1.509.240	72	7.478.425	1.684.549

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ano de 2013 a atividade que tem o maior ativo intangível é geração, já nos anos seguintes é a de distribuição. Em todos os anos estudados, o menor valor de ativo intangível é apresentado por empresa de geração. Em relação a maior e menor média, tem-se aos segmentos de distribuição e transmissão, respectivamente.

Referente à análise de desvio padrão, verifica-se que para o ano de 2013 os valores mais discrepantes são em relação à atividade de geração, para os anos de 2014 e 2016 atividade de distribuição e, para o ano de 2015, geração, transmissão e distribuição. Em todos os anos a menor discrepância é da atividade de transmissão.

O Gráfico 1 apresenta a relação do ativo intangível pelo ativo total das empresas.

Gráfico 1 - Relação ativo intangível/ Ativo Total

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar no Gráfico 1, a atividade que possui uma maior proporção do ativo intangível com relação ao ativo total das empresas é a distribuição de energia, seguida pela geração. A atividade que o seu intangível em relação ao ativo total tem um nível de significância menor é a de transmissão, na qual nenhuma das empresas desta atividade possuem 1% de representatividade. A queda da representatividade na atividade de Geração, deu-se por conta da empresa AES Tiet que no ano de 2014 tinha 37,70% de ativos intangíveis em relação ao ativo total e no ano de 2015 passou a ter 1,62%. Isso ocorreu porque a empresa passou por uma reorganização societária e deixou de ter participações em outras sociedades.

4.3 Evidenciação

Na Tabela 4 está representada a média das porcentagens das classes de ativos intangíveis que as empresas possuem.

Tabela 4 - Relação entre classes com ativo intangível

Atividade Principal	Ano	Softwares	Licenças e concessões	P&D	Ágio	Outros ativos intangíveis
Geração	2013	14,54%	79,83%	0,22%	0,64%	4,76%
	2014	5,77%	88,05%	5,02%	0,73%	0,42%
	2015	6,35%	85,60%	0,00%	2,47%	5,58%
	2016	6,69%	88,27%	0,00%	1,22%	3,82%
Transmissão	2013	30,81%	69,19%	0,00%	0,00%	0,00%
	2014	46,67%	53,33%	0,00%	0,00%	0,00%
	2015	45,75%	54,25%	0,00%	0,00%	0,00%
	2016	43,54%	56,46%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição	2013	1,81%	97,12%	0,00%	1,05%	0,03%
	2014	4,13%	90,21%	0,00%	5,58%	0,07%
	2015	0,73%	93,52%	0,00%	5,67%	0,07%
	2016	1,08%	93,69%	0,00%	5,10%	0,12%
Geração, transmissão, distribuição	2013	25,05%	59,77%	3,67%	6,50%	5,01%
	2014	25,14%	60,07%	0,00%	8,79%	5,99%
	2015	25,00%	56,29%	0,00%	10,72%	7,98%
	2016	25,00%	64,10%	0,00%	1,73%	9,17%
ANÁLISE GERAL	2013	9,09%	84,68%	2,71%	1,50%	2,03%
	2014	8,46%	84,79%	1,52%	4,33%	0,89%
	2015	6,54%	85,84%	0,00%	4,99%	2,62%
	2016	6,63%	87,76%	0,00%	3,40%	2,21%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme mostra na Tabela 4, foram analisadas algumas classes de ativos intangíveis, sendo: *Software*, licenças e concessões, marcas, patentes P&D (Pesquisa e desenvolvimentos), Capital intelectual, ágio e outros. Observou-se que marcas, patentes e capital intelectual nenhuma das empresas do estudo apresentou esses tipos de ativos intangíveis. No estudo existem empresas que possuem “outros ativos”. Algumas dessas empresas colocam em notas o que compõe esses outros ativos, são itens como: transferência de material técnico, mão de obra ou capitalização de encargos, juros e capitalização de empréstimos.

A Tabela 4 retrata a representatividade de cada classe no ativo intangível, através de média. Em todos os anos e em todos os setores a maior representatividade é de licenças e concessões, devido ao fato de que as empresas do setor elétrico precisam ganhar uma concessão para iniciar suas atividades. A artigo 65 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, diz

que depende de concessão federal a produção de energia elétrica quando a produção for maior que 150kw, e as empresas de transmissão e de distribuição quando comercializem energia. A segunda classe com maior relevância é os softwares.

A Tabela 5 destaca por ano e por atividade que método que é realizado o registro dos ativos intangíveis nas empresas estudadas.

Tabela 5 - Métodos de avaliação dos ativos

Atividade	Tipo de avaliação	2013	2014	2015	2016
Geração	Valor de Custo	9	8	9	9
	Valor Justo	1	1	1	1
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	1	1	1
Transmissão	Valor de Custo	1	1	1	1
	Valor Justo	1	1	1	1
	Ambos	0	0	0	0
	Não especifica	0	0	0	0
Distribuição	Valor de Custo	14	14	14	14
	Valor Justo	4	4	4	4
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	0	0	0
Geração, transmissão e distribuição	Valor de Custo	2	2	2	2
	Valor Justo	0	0	0	0
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	0	0	0
TOTAL	Valor de Custo	26	25	26	26
	Valor Justo	6	6	6	6
	Ambos	6	6	6	6
	Não especifica	0	1	1	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 5 pode-se observar os métodos de avaliação dos ativos intangíveis, onde predomina o método de avaliação pelo valor de custo, seguido pelo valor justo com seis empresas e outras seis empresas avaliam seus ativos intangíveis pelos dois métodos

Foi constatado também que nenhuma das empresas realizava a reavaliação de seus ativos, de modo que se encontram em consonância com a Lei nº. 11.638/07, que passou a proibir a reavaliação de ativos no Brasil.

Na Tabela 6 encontra-se a mensuração das empresas que fazem o teste de recuperabilidade, também conhecido como *test de impairment*.

Tabela 6 - Teste de recuperabilidade

Atividade	Teste de Recuperabilidade	2013	2014	2015	2016
Geração	Realiza	7	5	7	6
	Não realiza	1	1	1	1
	Não informa	4	6	5	6
Transmissão	Realiza	1	1	1	1
	Não realiza	-	-	-	-
	Não informa	1	1	1	1
Distribuição	Realiza	18	16	14	15
	Não realiza	2	3	2	3
	Não informa	-	1	4	2

Geração, transmissão e distribuição	Realiza	4	4	4	4
	Não realiza	-	-	-	-
	Não informa	-	-	-	-
TOTAL	Realiza	30	26	26	26
	Não realiza	3	4	3	4
	Não informa	5	8	10	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6 pode-se observar que, no geral, aumentaram as empresas que não informam se realizam o teste. Das empresas que possuem as três operações todas realizam teste. As empresas que mais divulgam realizar o teste são as de transmissão. Das empresas que fazem o teste em todos os anos, nove não informaram se houve perda ou não.

Todas as empresas que possuem ativos intangíveis em suas demonstrações possuem ativos com vida útil definida, devido as concessões de exploração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), orienta às empresas do setor que qualquer valor residual que seja apurado nos ativos intangíveis decorrentes da concessão, deve ser transferido para uma conta de Ativo Financeiro. A Tabela 7 traz informações referentes a existência de ativos intangíveis com vida útil indefinidas.

Tabela 7 - Vida útil indefinida

Atividade	Existência de vida útil indefinida	2013	2014	2015	2017
Geração	Não possui	10	9	12	12
	Não especifica	2	3	1	1
Transmissão	Não possui	0	0	0	0
	Não especifica	2	2	2	2
Distribuição	Possui	1	1	1	1
	Não possui	17	16	16	16
	Não especifica	2	2	2	2
Geração, transmissão e distribuição	Não possui	2	2	2	2
	Não especifica	2	2	2	2
TOTAL	Possui	1	1	1	1
	Não possui	29	27	30	30
	Não especifica	8	9	7	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 7, que mostra a existência de ativos intangíveis com vida útil indefinida, foi encontrado apenas uma empresa que especificava esse tipo de ativo.

O estudo analisou sobre amortização a evidenciação de métodos, taxas, vida útil estimada, valor residual, reconhecimento no período e amortização acumulada. Sobre métodos e taxas de amortização, foi observado ou que seguem taxas padrões da ANEEL, ou é calculado com base no padrão de consumo que terá até final da concessão. Em todos os anos estudados, duas empresas que tem como atividade principal a geração, não citaram em suas demonstrações contábeis os métodos ou taxas de amortização.

Todas as empresas, nos quatro anos estudados que possuem ativos intangíveis com vida útil definida, foram analisadas se informam seus ativos, qual a vida útil, e qual o valor residual. Uma empresa de geração, uma de transmissão e duas que são de geração, transmissão e distribuição, não informaram o valor residual e a vida útil estimada. As demais empresas que evidenciaram os ativos de vida útil definida, a vida é definida pelo tempo de concessão que a empresa resta. E o valor residual de todas as empresas que foram estudadas é zero, devido a apuração do valor residual ser transferido para o ativo financeiro.

Referente ao valor dos ativos intangíveis reconhecidos no período, no ano de 2013 duas empresas não divulgaram essa informação, sendo uma empresa de geração e uma de geração, transmissão e distribuição. Nos demais anos do estudo uma empresa de geração e uma de transmissão não evidenciaram o valor reconhecido.

Quando ao item analisado amortização acumulada, no ano de 2013 e 2014 oito empresas não divulgaram a informação (duas de cada atividade). No ano de 2015 e 2016 nove empresas não divulgaram (três de geração, duas de transmissão, duas de distribuição e duas de geração, transmissão e distribuição).

Para demonstrar os resultados alcançados através das coletas, foi elaborado um *ranking* desconsiderando os itens que não se aplicam a empresa, onde o percentual de evidenciação foi calculado através da média dos quatro anos estudados, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 - Ranking de evidenciação

EMPRESAS QUE MAIS EVIDENCIAM	%	EMPRESAS QUE MENOS EVIDENCIAM	%
Cpfl Energias Renováveis S.A	100%	Termopernambuco S.A	0,0%
Cia Energética de Pernambuco	100%	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A	45,5%
Cemig Distribuição S.A	100%	Statkraft Energias Renováveis S.A	63,6%
Cia Eletricidade Est. Da Bahia	100%	Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	70,0%
Cia Paulista de força e luz	100%	Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet	72,7%
Cia Piratinga de força e lux	100%	Aes Tiete Energia S.A	81,8%
Elektro Redes S.A	100%	Cia Estadual de distrib. Ener. Elet,	81,8%
Energisa Mato Grosso Dist De Energia	100%	Rge Sul Distribuidora De Energia S.A	81,8%
Energisa Mato Grosso Do Sul S.A.	100%	Cia Energética do Ceara	87,5%
Light Serviços De Eletricidade S.A	100%	Edp São Paulo Distribuição De Energia S.A	87,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na seleção das dez empresas que mais evidenciam informações com relação ao ativo intangível foram encontradas 13 empresas que evidenciam tudo que foi analisado. De modo que como critério de desempate, foram eliminadas as empresas Engie, Parapapema e Cemig GT por possuírem a menor proporção de ativos intangíveis

Para ser possível analisar a comparabilidade das informações, foi utilizado o índice H nas escolhas contábeis analisadas no aspecto de mensuração (Método de avaliação e teste de recuperabilidade), conforme mostra na Tabela 9.

Tabela 9 - Ranking de evidenciação

Mensuração Inicial	Escolhas contábeis				Frequência				H			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Custo de Aquisição	26	25	26	26	0,684	0,657	0,666	0,666	0,518	0,483	0,492	0,492
Valor Justo	6	6	6	6	0,157	0,157	0,153	0,153				
Ambos	6	6	6	6	0,157	0,157	0,153	0,153				
Não mencionado	0	1	1	1	0	0,026	0,025	0,025				
Total de Empresas	38	38	39	39	1	1	1	1	0,518	0,483	0,492	0,492
Teste de recuperabilidade	Escolhas contábeis				Frequência				H			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Teste Realizado	30	26	26	26	0,789	0,684	0,666	0,666	0,646	0,523	0,516	0,508
Teste Não Realizado	3	4	3	4	0,078	0,105	0,076	0,102				
Não mencionado	5	8	10	9	0,131	0,21	0,256	0,23				
Total de Empresas	38	38	39	39	1	1	1	1	0,646	0,523	0,516	0,508

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9 pode-se perceber que o índice H da escolha do método de mensuração é um valor aproximado e médio nos quatro anos do estudo. No ano de 2013 a chance de duas empresas diferentes escolherem o mesmo método de mensuração dos ativos intangíveis é de 51,8%.

Quanto ao teste de recuperabilidade, o índice H é um pouco mais elevado no ano de 2013 onde as escolhas contábeis de empresas poderiam ser 64,6% iguais. Porém esse índice tem uma queda nos anos posteriores chegando em 50,8% no ano de 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo a comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas listados na BM&FBovespa no período de 2013 a 2016. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se uma amostra de 43 empresas do setor de energia elétrica do Brasil, onde os dados necessários para a pesquisa foram analisados através de balanços patrimoniais e notas explicativas das empresas. A análise da pesquisa foi dividida nas etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação;

Sobre reconhecimento foi verificado que cerca de 87% das empresas que compõe a amostra inicial reconheciam ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais.

Com relação a mensuração foi identificado altas discrepâncias entre valores de ativos das empresas investigadas. O método de avaliação dos ativos que predomina é o valor de custo e, quanto ao teste de recuperabilidade, a maioria das empresas realiza anualmente.

No que se refere à evidenciação dos ativos intangíveis, a classe dominante é a de licenças e concessões devido à característica do setor. Além disso, praticamente todas as empresas apresentam ativo intangível com vida útil definida, com exceção de uma empresa que possui ativos com vida útil indefinida.

O cálculo do nível de comparabilidade foi realizado com base em dois quesitos referentes à mensuração: método de avaliação e teste de recuperabilidade. Foram identificados valores médios nos dois critérios, um pouco mais baixo nos métodos de avaliação de um ativo intangível do que no teste de recuperabilidade.

Os resultados da pesquisa foram coerentes com os da pesquisa de Souza, Botinha e Lemes (2016) e a pesquisa de Reina, Reina e Silva (2014), que verificaram que o nível de comparabilidade das empresas estudadas é médio.

E contrapõe a pesquisa de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) que apontou que nenhuma empresa apresenta em sua totalidade os critérios analisados. A presente pesquisa encontrou 13 empresas divulgam todos os itens investigados. Do mesmo modo, os autores constataram que a informação menos divulgada foi a de vida útil dos ativos, enquanto que a presente pesquisa verificou que quase cem por cento das empresas divulgam essa informação.

Sugere-se para outras pesquisas um estudo com uma amostra maior de empresas abrangendo empresas abertas e fechadas do setor elétrico. E também uma pesquisa sobre os ativos financeiros do setor elétrico, tal sugestão devido a peculiaridade desse item no setor elétrico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. **Curso básico de contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ARAÚJO, Tamires Sousa; SOUZA, Flaida Êmine Alves; LEMES, Sirlei. O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade das demonstrações financeiras de companhias abertas com programa de fidelização de clientes. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 43-61, 2015.

AVELINO, Bruna Camargos; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; LAMOUNIER, Wagner Moura. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BRASIL. **Decreto 41.019**, de 26 de fevereiro de 1957. Regulamenta os serviços de energia elétrica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41019.htm> Acesso em 11 de junho de 2017.

CARMO, Carlos Henrique Silva do; RIBEIRO, Alex Mussoi; DE CARVALHO, Luiz Nelson Guedes. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 242-262, 2011.

COELHO, Lucas Vieira; CAMPAGNONI, Mariana; ROVER, Suliani. Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas do ramo varejista listadas na BM&FBovespa. **Anais...** 1º Congresso de Contabilidade da UFRGS. 2016.

DE FRANCO, Gus; KOTHARI, Sagar P.; VERDI, Rodrigo S. The benefits of financial statement comparability. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 4, p. 895-931, 2011.

HØEGH-KROHN, Nils E. Joachim; KNIVSFLÅ, Kjell Henry. Accounting for Intangible Assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: Challenges and a Solution. **The International Journal of Accounting**, v. 35, n. 2, p. 243-265, 2000.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDICIBUS, Sergio de. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC (2ª ed.). São Paulo: Atlas, 2013.

MOURA, Geovanne Dias de; FANK, Odir Luiz; VARELA, Patrícia Siqueira. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis +brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011.

REINA, Diane Rossi; REINA, Donizete; DA SILVA, Silvio Freitas. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 77-94, 2014.

SOUZA, Flaida Êmine Alves de; BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 15, n. 3, p. 1117-1142, 2016.

TAPLIN, Ross H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

TAVARES, Adilson de Lima; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi. Heritage assets: uma análise comparativa das normas emanadas DO FASB, ASB e CFC. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 1, p. 65-89, 2013.

VAN DER TAS, Leo G. Measuring harmonisation of financial reporting practice. **Accounting and business research**, v. 18, n. 70, p. 157-169, 1988.